



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

### ATA DA 18ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2023

1 No sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, o Pleno  
2 do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul esteve reunido no auditório do  
3 CES, no 4º andar do Prédio Negrinho do Pastoreio, na Av. Borges de Medeiros, 521, para  
4 realização da 18ª Plenária Ordinária. A transmissão está disponível no seguinte endereço  
5 eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=oO51FP6qz30>. Estiveram presentes os **ti-**  
6 **tulares:** Danusa dos Santos Cunha (SEDUC), Carolina Gyenes (SPGG), Lisiane Rodri-  
7 gues Alves (SES), Kátia Brodt (SES), Teresinha Valduga Cardoso (SES), Leila Ghizzoni  
8 (Emater), André Lagemann (Fed. Stas. Casas), Alcides Pozzobon (Fehosul), Paulo Anto-  
9 nio Casa Nova (CRMV), Mônica Paula Thomé (Crefito), Lúcia Rubleski Silveira (Cress),  
10 Luís Henrique da Silva Souza (CRP), Inara Ruas (Sergs), Célia Chaves (Sindifars), Itamar  
11 Santos (Fetapergs), Maria Conceição de Abreu (FGSM), João Pawlak (Fracab), Carlos  
12 Duarte (Gapa), Rodrigo Finkelsztejn (Sindsepe); e os **suplentes:** Jaime Braz (CTB), Elias  
13 Valer (CNBB), Vanderci Maciel (FCD), Diva da Costa (Sindsepe). Os temas em **pauta** fo-  
14 ram: **1) Informes; 2) Regulamento Eleitoral; 3) Resolução RAG 2022; 4) Atas 2022 e**  
15 **2023; 5) Calendário 2024; 6) Relato de comissões; 7) Assuntos Gerais.** Inara Ruas dá  
16 início à plenária e apresenta os seguintes **informes:** 1) Substituição de conselheiro do  
17 Crefito 5, sendo a nova titular a representante Monica Paula Tomé e o suplente, Eduardo  
18 Freitas da Rosa. 2) Sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, Inara informa que  
19 está recebendo muitas mensagens referentes à participação da delegação. Comunica que  
20 as passagens aéreas ainda não foram adquiridas pelo governo estadual, e que o proces-  
21 so está parado na Casa Civil. Carlos Duarte complementa, dizendo que ainda é preciso  
22 publicar o nome dos representantes da delegação e comprar as passagens, considerando  
23 que a conferência iniciará no próximo domingo. Refere se tratar de uma irresponsabilida-  
24 de da Secretaria Estadual de Saúde e da Casa Civil. Lisiane Alves solicita a palavra e ex-  
25 plica que todo o trâmite interno foi feito dentro do prazo e que já ocorreu contato com o

26 secretário da Casa Civil. Discorda da responsabilização da Secretaria Estadual de Saúde.  
27 Comunica que a minuta do decreto já está pronta, mas é necessária a assinatura e a pu-  
28 blicação, e que a compra das passagens é um procedimento simples de ser realizado. Diz  
29 que repassará esta preocupação à secretária adjunta Ana Costa. Carlos Duarte contextu-  
30 aliza a situação das eleições para recomposição do CES/RS e apresenta informe sobre o  
31 **regulamento eleitoral**: comunica a presença de alguns membros da comissão eleitoral,  
32 como Maria Letícia Garcia (CMS Porto Alegre), Lucianne Caiaffo (SES/RS) e Márcia Leão  
33 (Fórum ONG Aids RS), de forma remota. Maria Letícia comenta sobre o trabalho e refere  
34 que definiram, em reunião, os cargos de cada membro, sendo Fabrício Loguercio o presi-  
35 dente da comissão eleitoral, Maria Letícia Garcia a vice-presente, Lucianne Caiaffo como  
36 secretária e Márcia Leão, secretária adjunta. Refere que já ocorreram duas reuniões da  
37 comissão eleitoral e que na primeira, o presidente do CES apresentou uma proposta de  
38 regulamento eleitoral, baseado no novo regimento interno. Comenta que se depararam  
39 com os prazos e com o problema referente ao limite indicado pela Lei aprovada, para o  
40 processo de recomposição. Na segunda reunião da comissão eleitoral, houve a participa-  
41 ção do assessor jurídico do Conselho Estadual de Saúde, Rodrigo Finkelsztejn, que co-  
42 municou a abertura de PROA com uma minuta de Projeto de Lei (PL), prorrogando os pra-  
43 zos definidos na Lei Estadual 15.971 de 2023, para mais 180 dias. Esse processo admi-  
44 nistrativo foi encaminhado para a Secretaria Estadual de Saúde, que tendo concordância,  
45 encaminhará à Casa Civil, para que envie à Assembleia Legislativa (Alergs). Menciona  
46 que o regulamento eleitoral está quase fechado e que no dia 12 de dezembro a comissão  
47 eleitoral reunirá novamente, para finalizar a minuta, considerando a prorrogação da Lei  
48 por mais 180 dias. Desta forma, apresentarão no dia 14 de dezembro a minuta para apre-  
49 ciação e deliberação do CES/RS. Carlos Duarte diz que na semana anterior, em reunião  
50 da mesa diretora, foi construído um acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, estabe-  
51 lecendo como prioridade a prorrogação do prazo para a recomposição, a partir de uma  
52 nova Lei. Cita a tramitação esperada do referido PL, que necessitaria entrar com regime  
53 de urgência na Alergs, ter acordo entre os líderes de bancadas para ir com agilidade ao  
54 plenário, ainda este ano. Acredita que isso não será realizado a tempo. Fala que a situa-  
55 ção ficará muito complicada, pois o mandato dos conselheiros se extinguirá em 07 de fe-  
56 vereiro de 2024. Menciona que estas preocupações estiveram nos debates da mesa dire-  
57 tora nas últimas semanas. Recorda que após aprovação do novo regimento interno do  
58 CES, foi comentado em plenário que a sua publicação deveria ocorrer de forma célere.  
59 No entanto, demorou mais de um mês para a publicação, o que atrasou o processo. Car-  
60 los sugere que a comissão eleitoral apresente no regulamento apenas os prazos, sem in-

61 dicação de data inicial. Lisiane Alves comenta que a tramitação do Projeto de Lei foge da  
62 alçada, pois depende da Assembleia Legislativa. Carlos complementa, afirmando que não  
63 é possível prorrogar os prazos a partir de resolução do Conselho, que como o prazo para  
64 a recomposição está definido em Lei (180 dias após a sua publicação), é necessária uma  
65 nova Lei para prorrogar os prazos. Lisiane sugere que haja uma regra de transição para  
66 esta primeira eleição, com prazos mais curtos, para manter vivo o Conselho. Inara Ruas  
67 diz que após o PL chegar na Alergs, os conselheiros farão seu trabalho, de mobilizar para  
68 a votação. Carlos expressa que a compreensão da mesa era de que o PROA fosse aberto  
69 pela SES, para que a origem do Projeto não travasse na Casa Civil, o que não aconteceu.  
70 Entende que para que o PL chegue na Alergs, basta uma decisão política. Lisiane esclarece  
71 sobre a tramitação do referido PROA, que deve constar no mesmo processo de origem,  
72 ou seja, o que encaminhou a Lei Estadual 15.971. Diz que a Secretaria faz o possível  
73 para ajudar o Conselho, mas que o restante da tramitação não depende deste órgão.  
74 Carlos Duarte destaca que a muito tempo aguardam as eleições do Conselho e que é importante  
75 a divulgação deste processo à sociedade, com prazos adequados para inscrição e recursos,  
76 por exemplo. Que a execução de um cronograma deste processo exige tempo. Fala que é preciso  
77 “correr atrás do prejuízo” e não criar um novo, fazendo uma eleição em 15 dias. Célia Chaves  
78 inscreve-se e fala que o CES deve marcar uma audiência na Casa Civil e não ficar esperando,  
79 que é possível fazer esse processo de tramitação de forma rápida se houver interesse. Entende  
80 que é preciso levar para a população o que está acontecendo. Lembra das muitas tentativas de  
81 aprovação da lei que alterou a composição do CES. Diz ser inadmissível ficar sem o Conselho.  
82 Carlos, finalizando a pauta, informa da possibilidade de uma plenária extraordinária para  
83 apreciação do regulamento eleitoral. Maria Letícia complementa, informando que até o dia 12  
84 de dezembro espera-se definir o prazo das ações que envolvem o processo eleitoral, levando  
85 em consideração a prorrogação da Lei Estadual 15.971 por mais 180 dias. Carlos Duarte coloca  
86 em votação a realização de uma reunião extraordinária, cuja proposta é que ocorra no dia 14 de  
87 dezembro pela manhã. A proposta foi aprovada. Seguindo a pauta, não houve a apresentação  
88 da **Resolução RAG 2022**, devido às dificuldades em reunir a comissão técnica. Carlos propõe  
89 que esta pauta seja incluída na plenária extraordinária. Lúcia Silveira esclarece que a dificuldade  
90 encontrada é que muitas comissões não realizaram a análise do RAG 2022. Menciona que estão  
91 pendentes as seguintes áreas: Atenção Hospitalar, Educação Permanente em Saúde, Orçamento,  
92 Pessoa com Deficiência, Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador. Informa que trabalhará com  
93 Cláudio Augustin em alguns destes temas, como orçamento. Carlos propõe que a assessoria técnica  
94 do Conselho produza a resolução.

96 ção, considerando as contribuições recebidas. Encerrada a pauta, Carlos segue para a  
97 **aprovação das atas de 2023**. Informa que foram enviadas aos e-mails dos conselheiros,  
98 para possíveis correções. Foram recebidas sugestões de Célia Chaves. As atas foram  
99 aprovadas, com uma abstenção. Sobre o **calendário das plenárias ordinárias de 2024**,  
100 Carlos informa que a proposta foi enviada aos conselheiros e que há previsão de plená-  
101 rias ordinárias híbridas em janeiro e fevereiro, em função de ser período de férias e ainda,  
102 ser um período em que o reembolso do deslocamento dos conselheiros do interior poderá  
103 demorar, visto que o orçamento não estará vigente. Jaime Braz aponta uma correção a  
104 ser feita no calendário, pois dia 30 de maio é feriado de Corpus Christi. Carlos menciona  
105 debates pendentes que podem ser discutidos em janeiro, como o Grupo Hospital Concei-  
106 ção (GHC) e a AgSUS. O calendário de plenárias ordinárias foi aprovado por unanimida-  
107 de. Seguindo a pauta, no ponto referente ao **relato das comissões**, Célia Chaves se ins-  
108 creve e comenta sobre o trabalho da Comissão de Assistência Farmacêutica. Cita que  
109 houve uma reunião com os técnicos do departamento de assistência farmacêutica da  
110 SES, sobre cuidado farmacêutico, em que foram esclarecidas dúvidas. Diz que foi muito  
111 bom este espaço e sugere que este tipo de diálogo, com as técnicas da SES, ocorra em  
112 todas as comissões. Que estas conversas, com socialização de conhecimento técnico,  
113 são importantes, inclusive para subsidiar a análise do RAG. Nos **assuntos gerais**, Van-  
114 derci Maciel (FCD), traz um questionamento relacionado à meta sobre a sífilis e a disponi-  
115 bilidade de medicamentos. Carlos comenta sobre a meta da tuberculose e a dificuldade  
116 em avaliar o impacto das ações. João de Deus comenta que esteve durante a semana na  
117 sede do CES e alerta sobre o ambiente insalubre, com falta de ventilação, forro de teto  
118 vazado possivelmente sujo, vedação frágil dos vidros, que permite entrada de água da  
119 chuva. Fala sobre a situação dos funcionários do CES, que permanecem 8h diárias nesse  
120 ambiente. Carlos complementa, dizendo que o forro deve ter uns 40 anos e que deve ha-  
121 ver muita sujeira. Recorda dos problemas identificados e denunciados desde antes de  
122 mudarem para o prédio e que foram confirmados durante este período. Lembra dos ba-  
123 nheiros que seguem sem adaptação. Afirma que a questão do ar é sim um problema de  
124 saúde/doença. Lisiane esclarece que existem aspectos de competência do condomínio.  
125 Sobre o teto e o ar que se respira, diz que dialogará com o Gilmar (departamento adminis-  
126 trativo da SES). Rodrigo esclarece que houve negociação com a SPGG, antes da mudan-  
127 ça, para a adequação do espaço. Mas após a alteração de sede, afirma que a SPGG prio-  
128 rizou outras necessidades do CAFF. Diz ainda que a SES/RS é quem socorreu diante de  
129 algumas situações. Fala que o prédio tem um problema, pois não há a formalização do  
130 condomínio. O Badesul, como administrador do prédio, diz que pode autorizar adequa-

131 ções, caso o órgão consiga, por orçamento próprio, providenciar as mudanças necessá-  
132 rias. Rodrigo comenta que arquitetos e engenheiros da SES visitaram a nova sede do  
133 Conselho e apresentaram projeto para adaptação dos banheiros, sendo aprovado pela  
134 mesa diretora. Espera-se que a obra inicie em janeiro de 2024. Sobre a vedação dos vi-  
135 dros, já vieram fazer uma análise e parece que é um problema simples de resolver. Sobre  
136 a limpeza do forro, demandaria a contratação de uma empresa especializada e isso o Ba-  
137 desul não se compromete a realizar. João de Deus solicita novamente a palavra e diz que  
138 o governo estadual paga um aluguel pelo espaço. Mencionam o valor de R\$ 66 mil pelo  
139 espaço utilizado pelo CES. Inara esclarece que já foi enviado ofício ao governo do estado,  
140 com os problemas identificados. Carlos complementa que o Ministério Público do Traba-  
141 lho já fez vistoria no local e confirmou os aspectos problemáticos. No entanto, tudo segue  
142 da mesma forma. Nada mais havendo a tratar, eu, Fabíola Zeni Papini, lavro a presente  
143 ata que, após leitura e aprovação, será assinada pelo Presidente do Conselho Estadual  
144 de Saúde. Porto Alegre, dezembro de 2023.